



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

**PROCESSO** : 0001999-31.2022.6.05.8000  
**INTERESSADO** : COEDE  
SEDAS  
**ASSUNTO** : Parecer Regularidade do Pregão

**PARECER nº 20 / 2022 - PRE/DG/ASSED**

1. Trata-se de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, para, para contratação de serviço de imunização contra a gripe por meio da vacina Influenza Quadrivalente, com cepas definidas pela Organização Mundial de Saúde – OMS, para o ano de 2022.

2. A presente licitação é regida pela Lei nº 10.520/2002, pela Lei Complementar nº 123/2006, pelos Decretos nºs 3.555/2000, 10.024/2019, e 8.538/2015, pela Instrução Normativa/MPOG nº 03/2018 e pelas condições constantes do Edital n.º 15/2022, aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 8.666/1993

3. Verificou-se o cumprimento das condições legais inerentes à fase interna do certame, conforme decisão para autorização da abertura do certame em documento n.º 1892924. Constam dos autos ainda:

- a) designação de Pregoeiro e equipe de apoio, documento n.º 1893388;
- b) juntada de cópia da Portaria que designou o Pregoeiro, documento n.º 1896617;
- c) comprovantes de envio de aviso de licitação para publicação na internet (Portal de Compras do Governo Federal) e no D.O.U., documentos n.ºs 1896620 e 1896624.

4. Não pedido de esclarecimento ao Edital.

5. Consoante ata do pregão foram cumpridas as etapas do procedimento. Finda a etapa de classificação das propostas, deu-se início à etapa competitiva. O modo de disputa foi aberto e fechado. Houve tentativa de negociação, sem êxito. Após, foi realizada a aceitação da proposta e habilitação da licitante melhor classificada. De acordo com consulta ao SICAF e demais documentos anexados, verifica-se que a empresa vencedora não possui impedimento de licitar.

6. Assim, sagrou-se vencedor a empresa SAN PIETRO VACINAS EIRELI, CNPJ n.º 18.887.366/0001-90, no valor total de R\$ 61.668,00 (sessenta e um mil seiscentos e sessenta e oito reais).

7. Aberto o prazo, não houve interposição de recurso ao pregão.

8. Deste modo, considerando as atribuições do art. 74, XVIII, da Resolução Administrativa n.º 4/2021, constata-se a regularidade do procedimento na forma prevista no edital e normas da licitação, e que o mesmo se encontra apto à homologação pelo Diretor-Geral, podendo a Administração proceder à convocação da empresa vencedora para celebração do contrato, nos termos do art. 4º, XXII da Lei n.º 10.520/02, art. 13, VI e VII, e 48 do Decreto n.º 10.024/2019, bem como de acordo com a Ata de Realização do Pregão Eletrônico, Resultado por Fornecedor, Termo de Adjudicação e Relatório Final do Pregão, documentos n.ºs 1915697, 1915710, 1915713 e 1915765.

9. Ressalte-se que a futura contratada deverá manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação determinadas na licitação, a teor do disposto no art. 55, XIII, da Lei de Licitações e Contratos - Lei 8666/93, notadamente as normas sanitárias.

10. À consideração superior.

**Ana Flávia Cerqueira Machado**  
Analista Judiciário

De acordo.  
Ao Diretor-Geral, para apreciação.  
**RONILDO DE QUEIROZ DANTAS**  
Assessor Especial da Diretoria-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Ana Flávia Cerqueira Machado, Analista Judiciário**, em 02/05/2022, às 15:28, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1917021** e o código CRC **D25CBDC3**.